

Aprendizagem dos conteúdos atitudinais e o ensino assistido por tecnologias digitais: uma abordagem possível

1º Sgt Mat Bel Rodrigo Teófilo da Silva Santos*

Introdução

Anualmente, os estabelecimentos de ensino do Exército Brasileiro (EB) realizam uma atividade denominada Estágio de Atualização Pedagógica (ESTAP), que tem por finalidade fornecer ao seu quadro de instrutores e monitores os fundamentos necessários para a condução do processo ensino-aprendizagem. Durante esse estágio, o corpo docente é apresentado à sistemática de ensino do estabelecimento e às novas técnicas de ensino-aprendizagem, que poderão auxiliá-lo durante todo o ano de instrução.

Em 2023, durante o ESTAP realizado no Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife (CPOR/R), um dos temas mais presentes e discutidos entre os palestrantes, instrutores e monitores daquele estabelecimento foi o ensino por competências, a aprendizagem por meio dos conteúdos atitudinais e a possibilidade de viabilizar, construir caminhos e operacionalizar essa aprendizagem por meio da educação assistida por tecnologias digitais.

Dessa forma, este artigo de opinião pretende discutir os caminhos trilhados pelo ensino no âmbito do EB; a adoção do ensino por competências e da aprendizagem por meio dos conteúdos atitudinais pela Força Terrestre e como a educação assistida por tecnologias digitais tem sido aplicada no âmbito do Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife (CPOR/R), verificando-se possíveis caminhos de aplicação

do ensino-aprendizagem dos conteúdos atitudinais por meio da utilização dessas tecnologias.

A evolução do ensino no âmbito do Exército Brasileiro

Segundo Santos (2022), o EB, em 2021, sintonizado com as novas conjunturas educacionais, percebeu a urgente necessidade de promover um processo de atualização no seu sistema de ensino. Essencialmente, as modificações propostas visavam aperfeiçoá-lo, para permitir fazer frente aos desafios do futuro, admitindo experimentar transições de paradigmas educacionais (Pereira, 2018).

Podemos verificar, por meio da Portaria nº 407, de 16 de setembro de 2021, que, historicamente, as principais estratégias de ensino adotadas pelo EB foram:

I – a Reforma Hermes da Fonseca (Jovens Turcos), ocorrida no início do século passado, que focou na “profissionalização militar”;

II – a Missão Militar Francesa (MMF, 1914-1920), pela qual o ensino militar voltou-se para a “modernização e organização da instrução”;

III – a reforma protagonizada pelo Marechal Castelo Branco, fruto dos ensinamentos colhidos na Segunda Guerra Mundial, que pro-

*1º Sgt Mat Bel (EsIE-EsMB/2006, EsSLog/2016). Atualmente, é encarregado de manutenção do Pelotão de Manutenção do CPOR/R.

moveu a “racionalização científica” no Ensino Militar;

IV – o Processo de Modernização de Ensino (PME, 1994-2008), que tratou das questões relativas a “o que ensinar”, “como ensinar”, “como avaliar” e “como aumentar o intercâmbio com sistemas de ensino fora do Sistema de Ensino do Exército”; e

V – o Ensino por Competências, iniciado em 2012, que rompeu o paradigma da Pedagogia Tecnista, em alinhamento ao Processo de Transformação do Exército (PTE) – (Brasil, 2021).

No que diz respeito às lições aprendidas em relação ao Processo de Modernização de Ensino empreendido pelo EB e a implementação do ensino por competências, podemos citar o incremento da educação assistida por tecnologias digitais não limitado à compra massiva de equipamentos de tecnologia digitais de informações e comunicação (TDIC), *softwares* ou aplicativos de toda ordem e capacitação continuada dos docentes, pois não basta possuir tecnologia de ponta para se alcançar bons resultados.

Os conteúdos atitudinais e o ensino por competências

Antoni Zabala, referência internacional em pedagogia, formado em filosofia e ciências da educação pela Universidade de Barcelona, argumenta, em *A Prática Educativa* (1998), que as capacidades definidas nos objetivos educativos são o referencial básico de todo processo de ensino, mas também é preciso ter presente que os conteúdos de aprendizagem – sobretudo do próprio processo de ensino/aprendizagem e, concretamente, em cada uma das atividades ou tarefas que o configuram – são o referencial funcional para avaliar e acompanhar os avanços dos discentes.

Sobre o processo ensino-aprendizagem, o referido autor questiona como podemos saber o que os alunos sabem, dominam ou são? Ou, em outras palavras, como podemos saber o grau e tipo de aprendizagem que os alunos têm em

relação aos conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais? (Zabala, 1998, p. 202).

Baseado em conceitos como os levantados por Zabala, o EB aprovou, ainda em 2014, as Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais (NDACA – EB60-N05.013), considerando como premissas básicas:

Art. 2º Os valores, deveres e ética militar são indissociáveis e complementares, devendo ser fortalecidos para que alcancem os objetivos estratégicos elencados no Plano Estratégico do Exército.

Art. 3º Os docentes devem ser valorizados e qualificados para empregar modernos e eficazes métodos pedagógicos que desenvolvam nos discentes atitudes necessárias ao desempenho profissional.

Art. 4º Deve ser formentado o desenvolvimento de **atitudes, valores e experiências** necessárias para a formação profissional do militar (Brasil, 2014, grifo nosso).

Podemos encontrar, ainda, na NDACA, hoje atualizada e em sua 3ª edição, a concepção do EB sobre os conteúdos atitudinais. Considerando-o como conceito básico, o Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEX) avalia que os conteúdos atitudinais são conteúdos de aprendizagem abordados em contexto escolar que auxiliam no processo de formação da identidade militar, e que podem ser ensinados por intermédio de atividades pedagógicas e de práticas específicas do ensino militar.

Ora, admitindo-se a emergência na promoção de um processo de atualização no sistema de ensino da Força e a necessidade de adequar-se à “aldeia global”, desenvolvendo-se uma prática pedagógica diferenciada, crítica, criativa e reflexiva, utilizando-se, para isso, das novas tecnologias com o objetivo de mediar a construção do processo de conceituação dos alunos inseridos no sistema de ensino do EB, faz-se necessário que uma pergunta seja respondida: como aliar o uso das tecnologias digitais de informações e comunicação (TDIC) no ensino e o desenvolvimento dos conteúdos atitudinais nos corpos discentes?

Por sua vez, o uso da avaliação da aprendizagem baseada na abordagem do ensino por competências foi aprovado pelo EB por meio da Portaria nº 80 – DECEX, de 7 de agosto de 2013. Tal portaria teve seu emprego destinado aos cursos e aos estágios gerais e setoriais a serem desenvolvidos pelo ensino por competências, no âmbito das Linhas de Ensino Militar Bélico, Complementar e de Saúde, realizados nos estabelecimentos de ensino (Estb Ens) e organizações militares (OM) com encargos de ensino subordinados e vinculados ao DECEX (Brasil, 2013).

Pelo olhar do DECEX, competência é a ação de mobilizar recursos diversos, integrando-os para decidir e atuar em uma família de situações. Os recursos mobilizados pelas competências incluem: conteúdos de aprendizagem, capacidades cognitivas, capacidades físicas e motoras, capacidades morais, habilidades e atitudes e valores (Brasil, 2013).

Percebe-se, dessa forma, que o ensino por competências se mostra congruente aos conceitos e concepções sustentados pelo EB em relação aos conteúdos atitudinais. Frise-se, ainda, que as Instruções Reguladoras do Ensino por Competências passaram por quatro edições, sendo a Portaria DECEX/C Ex nº 463, de 13 de dezembro de 2022, 4ª edição (IREC – EB60-IR-05.008) a legislação em vigor atualmente. Importante registrar, também, a aprovação das Normas para a Avaliação da Aprendizagem, 5ª edição (NAA-EB60-N-06.004), que têm por finalidade completar e detalhar as IREC – EB60-IR-05.008.

O ensino assistido por tecnologias digitais no âmbito do Exército Brasileiro

Sobretudo a partir da emergência do processo de educação a distância provocado pela pandemia de covid em 2019, grande parte dos alunos do Sistema de Educação e Cultura do Exército foi inserida no Ambiente Virtual de

Aprendizagem – AVA do EB, o EBaula. Deste então, nesse ambiente, além das aulas *online*, os discentes tiveram acesso a conteúdos e ferramentas diversas para interação e comunicação com instrutores/professores, os quais atuam como tutores EAD, e com outros alunos, com os quais trocam informações em tempo real ou por mensagens eletrônicas.

O que pode ser observado diante dessa realidade foi que a utilização do AVA pelos docentes e discentes no CPOR/R, por exemplo, estimulou o emprego das mais variadas ferramentas digitais: gravação de instruções e demonstrações em vídeo, utilização de aplicativos de *Quiz*, realização de avaliações e questionários online, envio de trabalhos por mensagem eletrônica e realização do controle de presença por videochamadas e *chats*.

De acordo com Bastos (2020):

Essas ferramentas possibilitam ao instrutor, agora atuando integralmente como tutor EAD, a oportunidade de empregar com maior amplitude as TIC, além dos recursos já disponibilizados no AVA, para um melhor controle da aprendizagem e da medição do desempenho, permitindo o acompanhamento constante do progresso individual dos alunos.

Ainda segundo Santos (2022, p. 4-5), com o exemplo do CPOR/R, foi possível verificar que o EAD, enquanto modalidade de ensino, desafia o aluno do ensino militar a manter-se disciplinado e motivado para o estudo, independentemente de estímulo ou de fiscalização presenciais. Quanto ao agente de ensino, é exigido dele a criatividade para a produção de conteúdos mais chamativos, inovadores e de fácil assimilação durante o estudo individual.

Acredita-se, dessa forma, que o aumento da disponibilidade de diversos cursos e estágios na plataforma EBaula, notadamente a partir de 2021, demonstra o grande investimento no aperfeiçoamento e capacitação dos recursos humanos nos diversos níveis de ensino, no sentido de reproduzir a sala de instrução em um am-

biente virtual cada vez mais completo, dinâmico e estimulante, bem como o contínuo aperfeiçoamento das plataformas de aprendizagem virtual.

A aprendizagem dos conteúdos atitudinais e o ensino assistido por tecnologias digitais: uma abordagem possível?

Como já explicitado, tratar de conteúdos atitudinais é discorrer sobre ideias que envolvem valores, atitudes e normas. Sendo valores as ideias éticas que auxiliam na avaliação das condutas; atitudes, a forma como cada pessoa atua de acordo com seus valores; e as normas, a forma combinada de realizar certos valores compartilhados por uma coletividade, indicando o que se pode e não se pode fazer no grupo. Todos esses conteúdos estão relacionados, tendo em comum elementos cognitivos (conhecimentos e crenças), afetivos (sentimentos e preferências) e posturais (ações e declarações de intenção).

Aproximando os argumentos de Zabala (1998, p. 47) às concepções sustentadas por nossa Força Terrestre, podemos concluir que se aprende uma atitude quando a pessoa pensa, sente e atua de uma forma mais ou menos constante frente ao objeto concreto a quem dirige essa atitude. Nesse sentido, concordamos com José Pacheco (2019), quando argumenta que a aprendizagem não deve estar centrada no docente, nem no discente, mas, sim, centrada na relação, porque ninguém aprende sozinho. A formação baseada em valores é a união entre pensamento, palavra e ação.

Além disso, o desenvolvimento científico e a globalização configuram hoje o que podemos chamar de *sociedade da informação*. Essa sociedade tem evidenciado a relevância da produção do conhecimento e o uso da informação como peças constitutivas do valor e da competência na contemporaneidade. Diante disso, a formação dos indivíduos precisa abranger habilidades específicas para o trato com a informação, no que se refere à sua localização, acesso, uso, co-

municação e, particularmente, à geração de conhecimento.

Segundo Santos (2022), nesse mundo de transformações tecnológicas, que tem como uma de suas características o individualismo, torna-se fundamental a mediação entre o homem e a máquina. Dessa forma, modelando-nos nas experiências de ensino assistido por tecnologias digitais no CPOR/R, verificamos a necessidade de que o agente de ensino esteja apto a fazer essa mediação, seja presencial ou virtualmente, mediante desafios por ele estabelecidos, da vivência de valores e de sentimentos, conceitos possíveis de serem construídos somente por seres humanos e que são tão cultuados no contexto das Forças Armadas.

Conclusão

Dessa forma, podemos entender que a educação na sociedade da informação não deve limitar-se ao treinamento para o uso das tecnologias de informação e comunicação. É urgente investir na criação de competências que permitam aos alunos a fluência digital, a tomada de decisões, a produção de conhecimento, bem como a habilidade de aplicá-los criativamente, seja em usos simples e rotineiros, seja em aplicações mais sofisticadas.

É possível compreender, portanto, que a criação de novas formas de ensinar e aprender, contudo, não pode ser entendida como a simples digitalização dos meios ou a informatização de atividades sem nenhuma agregação de valor pedagógico. A adoção dessas ferramentas é uma síntese do consenso alcançado entre docentes, discentes e do uso consequente das TIC como recurso pedagógico pautado, sobretudo, nas ações de estímulo ao protagonismo e à inclusão dos instruendos, permitindo a contextualização de conteúdos e a busca da interdisciplinaridade como princípio metodológico para enfrentamento das complexas questões contemporâneas.

Ser digitalmente fluente envolve não apenas saber como usar as ferramentas tecnológicas,

mas também saber como construir coisas significativas com essas ferramentas. E essa realidade passa pela formação continuada. É preciso conscientizar os docentes imigrantes digitais, que testemunharam o nascimento das TICs e procuraram se adaptar ao seu uso, tendo um dia vivido na “era analógica”, que é preciso inovar! Uma inovação promovida não só por equipamentos, mas por metodologias, princípios e valores.

Afinado com as estratégias para o desenvolvimento dos conteúdos atitudinais, explicitados

na NDACA, o docente deve utilizar variadas estratégias pedagógicas, diversificadas ferramentas didáticas, envolvendo trabalhos individuais e em grupo, dinâmicas, situações-problema, práticas e/ou pesquisas, de maneira a propiciar o exercício das atitudes e valores em formação, sendo essas estratégias possíveis de serem operacionalizadas por meio das tecnologias digitais disponíveis, inclusive na própria plataforma utilizada como área virtual de aprendizagem pelo EB.

Referências

BASTOS, Paulo Rafael Ferreira. **O Reflexo da Pandemia da covid-19 para o Ensino no Âmbito do Exército Brasileiro**. DefesaNet, 9 Abr 2020. Disponível em: <<https://www.defesanet.com.br/pw/noticia/36381/O-reflexo-da-pandemia-da-COVID-19-para-o-ensino-no-ambito-do-Exercito-Brasileiro/>>. Acesso em: 30 ago 2022.

BRASIL. Lei nº 9.786, de 8 de fevereiro de 1999. **Lei do Ensino no Exército**. Brasília, DF. Diário Oficial da União, nº 27-E. Brasília, 1999.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999**. Dispõe sobre o Regulamento da Lei de Ensino no Exército. Diário Oficial da União nº 184. Brasília, 1999.

BRASIL. **Decreto nº 9.171, de 17 de outubro de 2017**. Altera Decreto nº 3.182, de 23 de setembro de 1999. Regulamento da Lei do Ensino no Exército. Brasília, DF.

BRASIL. Diretoria de Ensino e Cultura do Exército. **Portaria nº 080-DECEEx, de 7 de agosto de 2013**. Aprova as Instruções Reguladoras do Ensino por Competências: currículo e avaliação (IREC-EB60-IR-05.008). Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. Estado-Maior do Exército. **Portaria nº 197-EME, de 28 de agosto de 2014**. Aprova a Diretriz para o projeto “Nova Educação e Cultura” (EB20D-07.018). Brasília, DF.

BRASIL. Diretoria de Ensino e Cultura do Exército. **Portaria nº 080-DECEEx, de 25 de novembro de 2014**. Aprova as Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais (NDACA-EB60-N-05.013). Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. Diretoria de Ensino e Cultura do Exército. **Portaria nº 143-DECEEx, de 25 de novembro de 2014**. Aprova as Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais (NDACA-EB60-N-05.013). Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. Diretoria de Ensino e Cultura do Exército. **Portaria nº 341, de 17 de dezembro de 2015**. Aprova Diretriz de Educação e Cultura do Exército Brasileiro 2016-2022 (EB20-D-01.031). Boletim do Exército nº 52. Brasília, 2015.

BRASIL. Diretoria de Ensino e Cultura do Exército. **Portaria-DECEEx/C Ex nº 338, de 19 de dezembro de 2019**. Aprova as Normas para Desenvolvimento e Avaliação dos Conteúdos Atitudinais (NDACA – EB60-N-05.013), 3ª Edição, 2021 e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. Diretoria de Ensino e Cultura do Exército. **Portaria-DECEEx/C Ex nº 407, de 16 de setembro de 2021.** Aprova a Diretriz de Orientação para o Incremento da Educação Assistida por Tecnologias Digitais nos Processos de Ensino e Aprendizagem no Âmbito do Sistema de Educação e Cultura do Exército (EB60-D05.006), 1. ed., 2021 e dá outras providências. Rio de Janeiro, RJ, abr 2002.

BRASIL. Diretoria de Ensino e Cultura do Exército. **Portaria-DECEEx/C Ex nº 463, de 13 de dezembro de 2022.** Aprova as Instruções Reguladoras do Ensino por Competências – 4ª Edição (IREC – EB60-IR-05.008). Rio de Janeiro, RJ.

BRASIL. EME. **Portaria nº 481-EME, de 23 de novembro de 2016.** Aprova a Diretriz de Educação a Distância do Exército Brasileiro (EB20-D-10.046). Boletim do Exército nº 48. Brasília, DF.

PACHECO, José. **Educação com Base em Valores.** Blog do José Pacheco, 2019. Disponível em: <<https://josepacheco.com.br/2019/06/03/educacao-com-base-em-valores/>>. Acesso em: 16 ago 2023.

PEREIRA, Fábio da Silva. **As Transformações no Sistema de Ensino do Exército Brasileiro.** Revista Navigator – Dossiê Amazônia: história marítima, fluvial e naval. v. 14 n. 28 (2018). Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.marinha.mil.br/index.php/navigator/article/view/675/670>>. Acesso em: 30 ago 2022.

SANTOS, Rodrigo Teófilo da Silva Santos. **Educação Assistida por Tecnologias Digitais nos CPOR:** perspectivas, lições aprendidas e oportunidades de melhorias. Projeto Mário Travassos, 2022, Recife, PE.

ZABALA, Antoni. **A Prática Educativa:** como ensinar. Antoni Zabala; tradução Ernani F. da F. Rosa. Porto Alegre: Artmed, 1998, 224 p.